

RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.771 - PE (2016/0338324-4)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : GABRIELA FERNANDES CASTRO
REPR. POR : INGRID VON BROESIGKE CASTRO
ADVOGADOS : ALEXANDRE AUGUSTO SANTOS DE VASCONCELOS E OUTRO(S)
- PE020304
BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA - PE019805
RENATO LUDMER GUEDES ALCOFORADO - PE021157
RECORRIDO : UNIÃO
INTERES. : JOSENILDA OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO : FREDERICO LUIZ PIMENTEL OLIVEIRA - PE022654

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por GABRIELA FERNANDES CASTRO, com fundamento no art. 105, III, **a**, da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que se encontra assim ementado:

"Processual Civil. Embargos de declaração. Art. 1.022 do CPC. Pensão por morte de ex-servidor do Ministério do Trabalho. Companheirismos demonstrado por escritura pública e assentamento individual do falecido servidor. Inexistência de omissão no acórdão embargado.

Impossibilidade de rediscutir matéria de mérito em sede de embargos de declaração. Embargos de declaração improvidos" (fl. 913e).

Sustenta o recorrente, em síntese, a ocorrência de violação ao art. 1.022 do CPC/2015, em face da negativa de prestação jurisdicional, bem como ao art. 217, I, **c**, da Lei 8.112/90.

Para tanto, argumenta que:

"No presente caso, restou sobejamente comprovado que data máxima venia a união estável com a litisconsorte passiva necessária já se encontrava dissolvida quando sobreveio o óbito do instituidor da . Na realidade, a própria litisconsorte passiva confessa tal fato. O argumento utilizado pela mesma pensão era o de que continuava a depender economicamente do de cujus.

O v. acórdão, todavia, alçou a escritura pública da união estável, lavrada em (quando o 16.10.2007 de faleceu em) ao patamar de documento praticamente insindivíduo, que não pode ser cujus 19.03.2012 contraditado por provas testemunhais.

É de se destacar que em momento algum se contraria a afirmação contida no documento público. Muito pelo contrário. Se confirma. Em , efetivamente, o e a litisconsorte passiva viviam em 16.10.2007 de cujus situação de união estável. O que se provou nos presentes autos, seja por meio de provas documentais e testemunhais, é que essa união estável teve término em 2009 e deixou de existir, também, a dependência econômica. É de se destacar que até mesmo na hipótese de casamento civil, cuja formalidade é maior do que a união estável (apesar dos efeitos serem análogos), o simples fato da relação matrimonial não ter sido formalmente desconstituída (seja pelo divórcio ou pela separação judicial) não garante ao cônjuge sobrevivente o direito ao pensionamento. Caso se comprove que houve a separação de fato e que inexistia dependência econômica entre eles, a pensão por morte é descabida.

(...)

Por outro lado, mesmo quando há ação de justificação judicial de união estável (que, evidentemente, também goza de presunção de veracidade), também é possível a sua desconstituição.

(...)

Acerca da necessidade da comprovação da união estável até o momento do óbito para , eis os seguintes precedentes deste e. Tribunal Regional caracterização do direito à pensão por morte Federal da Quinta Região,

(...)

Depreende-se dos depoimentos prestados nas audiências a personalidade do : um homem solteiro, de cujus na meia-idade, ocupante de um cargo público bem remunerado (auditor do Ministério do Trabalho), que possuía, especialmente no final da vida, problemas com álcool e que gostava de namorar moças mais jovens e de condição econômica e social inferior à sua.

Por outro lado, era uma pessoa extremamente bondosa, altruísta, que ajudava (na maioria das vezes financeiramente) todos que pediam o seu socorro. A própria litisconsorte passiva afirmou na primeira audiência que "tinha muita gente que se aproximava dele por interesse, porque ele era uma pessoa muito boa".

Foi essa pessoa que iniciou um relacionamento com JOSENILDA OLIVEIRA DA SILVA. Esse relacionamento se dissolveu no início do ano de 2009. A litisconsorte passiva necessária parece sempre ter sido uma pessoa séria e trabalhadora. Essa é a imagem passada na audiência de instrução e que a embargante possui da mesma. Mesmo quando possuía o relacionamento com o , sempre de cujus trabalhou.

Logo após o início do relacionamento, o a convenceu a cursar a faculdade de Direito, de cujus para que ela obtivesse um progresso profissional, tendo, inclusive, a ajudado nesse intento. No mais, o de fornecia para a litisconsorte passiva, até o fim do relacionamento, os "luxos", os supérfluos (carro e cujus seus acessórios, viagens etc.).

No tocante à escritura pública, a despeito da litisconsorte passiva necessária ter afirmado que a idéia de confeccioná-la foi de ambos, ficou claro que a iniciativa partiu da mesma. No seu depoimento prestado na primeira audiência, a litisconsorte afirma que não concordava com o fato do , a despeito de de cujus possuir mais de cinquenta anos de idade e uma boa remuneração, não possuir uma casa própria. Por isso, insistiu para que fizessem uma escritura de união estável para que ele pudesse comprar um apartamento e colocá-lo (essa última parte consta do próprio EM NOME DA PRÓPRIA LITISCONSORTE PASSIVA depoimento da litisconsorte). Apesar da quase incapacidade do em dizer não, somente a primeira de cujus parte do plano (a confecção de escritura de união estável) foi executada, não tendo o relacionamento durado tempo suficiente para que ocorresse a compra do apartamento.

(...)

A própria litisconsorte passiva afirma, no seu depoimento, que teve conhecimento da existência de outros relacionamentos do após a separação deles. Ela fala que ele "andou" com uma menina, mas que de cujus não durou nem um mês. Ora, que relacionamento era esse que eles possuíam: sem coabitação, sem dever de fidelidade, o teve um AVC dentro de casa e a sua SUPOSTA companheira sequer se deu ao de cujus trabalho de sair do trabalho e ir socorrê-lo?

Vale ressaltar que, o Sr. SEVERINO BENTO DA SILVA (porteiro do edifício em que residia o), de cujus afirma em seu depoimento prestado na segunda audiência, que a litisconsorte apesar de ter chegado ao apartamento do , na data que o mesmo sofreu o AVC, não o acompanhou até o hospital, não de cujus sabendo a testemunha o motivo pelo qual a litisconsorte não acompanhou o "suposto" companheiro, vítima de um AVC, que o levou a óbito.

(...)

O depoimento prestado na primeira audiência pela própria sobrinha da litisconsorte passiva, VANESSA VALÉRIA OLIVEIRA DE MELO, que residia no apartamento do , fez ruir um dos pilares da de cujus argumentação da litisconsorte: a declaração de imposto de renda. Segundo a própria sobrinha da litisconsorte, que morava com o (antes e depois da separação) era a litisconsorte que fazia as de cujus

declarações de imposto de renda dele! É óbvio então que a estudante de direito, posteriormente bacharela, e com longa experiência profissional em empresas de contabilidade se colocava como dependentes do de . cujus Na segunda audiência, MARIA IMACULADA VERAS SIQUEIRA e FRANCISCO OLIVEIRA CASTRO, colegas de trabalho do testemunhas da embargante, confirmaram que tinham ciência de cujus, de que era a litisconsorte passiva quem confeccionava as declarações de imposto de renda do . de cujus Durante a primeira audiência de instrução ouviu-se também a mãe de uma das namoradas do , de cujus MARIA LÚCIA VALERIANO RAMOS, que demonstrou a existência de outros relacionamentos do de posteriores à separação e o fato que o ajudava financeiramente todos que lhe pediam, tanto cujus, de cujus que era o fiador da ex-sogra.

(...)

No depoimento prestado na audiência realizada em 10.02.2014 pela informante SILVIA FLACH, irmã do a mesma informou que antes do falecimento do irmão, eles se encontraram no Rio de Janeiro no de cujus, dia das mães do ano de 2010, que o visitou no segundo semestre do ano de 2011 e que nas duas oportunidades o já não tinha mais nenhum relacionamento com a litisconsorte, e que como ele de cujus não tinha esposa, nem companheira, a sua família (mãe e irmãos) que residiam no Rio de Janeiro (mãe e uma irmã Sigrid), em Belo Horizonte (irmão) e Florianópolis (sua irmã e informante) vieram de imediato ao Recife, após o AVC sofrido para amparar o e a sua filha menor de idade Gabriela, a qual o de cujus de detinha a guarda exclusiva. cujus Demonstrou-se, portanto, cabalmente que a litisconsorte, ora recorrida, não vivia mais em união estável . com o , nem tampouco dependia economicamente dele, quando sobreveio o óbito do mesmo de cujus.

(...)

Em que pese o respeito que merece o entendimento dos Eminentíssimos Desembargadores Federais, a conclusão apresentada implicou em contrariedade ao dispositivo federal contido no artigo 1.022, inciso , na medida em que era - como é - fundamental à integração do julgado e II, do Código de Processo Civil na medida em que era - como é - fundamental à integração do julgado e à complementação da instância o acolhimento dos embargos em referência, posto que flagrantes as imprecisões contidas no acórdão, especialmente no que concerne à necessidade de se prequestionar, explicitamente, a matéria federal violada.

Foram evidenciadas com uma clareza hialina nos embargos de declaração em apreço todas as omissões contidas no decisório, especialmente a falta de enfrentamento expresso da aplicabilidade do artigo 217, ao presente caso. inciso I, alínea c, da Lei nº 8.112/90 , o Tribunal - em que pese o zelo que caracteriza os seus integrantes - não enfrentou Data venia a quo diretamente tal questão no acórdão embargado, pelo que era - como de fato é - necessário que tivessem sido acolhidos os embargos de declaração.

Ao rejeitar os embargos de declaração, quando presentes no acórdão as omissões apontadas, indubitavelmente, o Tribunal Regional Federal da Quinta Região feriu a regra insculpida no artigo 1.022, , pelo que, também por esse motivo, plenamente viável o presente inciso II, do Código de Processo Civil recurso.

(...)

Como antedito, o e. Tribunal Regional Federal da Quinta Região, ao improver o recurso de apelação interposto pela ora recorrente, violou frontalmente o disposto no artigo 217, inciso I, alínea c, da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que a litisconsorte não vivia mais em união estável com o , nem de cujus tampouco dependia economicamente dele, quando sobreveio o óbito do mesmo.

(...)

No presente caso, , restou sobejamente comprovado que data máxima venia a união estável com a litisconsorte passiva necessária já se encontrava dissolvida quando sobreveio o óbito do instituidor da . Na realidade, a própria litisconsorte passiva confessa tal fato. O argumento utilizado pela mesma pensão era o de que continuava a depender economicamente do . de cujus O v. acórdão, todavia, alçou a escritura pública da união estável, lavrada em (quando o 16.10.2007 de faleceu em) ao patamar de documento praticamente insindicável, que não pode ser cujus 19.03.2012 contraditado por provas testemunhais.

É de se destacar que em momento algum se contraria a afirmação contida no documento público. Muito pelo contrário. Se confirma. Em , efetivamente, o e a litisconsorte passiva viviam em 16.10.2007 de cujus situação de união estável. O que se provou nos presentes autos, seja por meio de provas documentais e testemunhais, é que essa união estável teve término em 2009 e deixou de existir, também, a dependência . econômica Diante, portanto, da evidente violação do disposto no , artigo 217, inciso I, alínea c, da Lei nº 8.112/90 merece o presente recurso especial ser , a fim de que, reformando o acórdão ora conhecido e provido recorrido, dê provimento ao recurso para

reformular o acórdão guerreado, reestabelecendo a sentença de primeiro grau que julgou procedente o pedido" (fls. 939/949e).

Requer, por fim, o acolhimento da preliminar arguida, ou, caso assim não se entenda, "seja conhecido e provido o presente recurso supra especial, para o fim de que esta Colenda Corte de Justiça, reconhecendo ter havido contrariedade e/ou negativa de vigência ao artigo 217, inciso I, alínea c, da Lei nº 8.112/90, reforme o v. acórdão para negar provimento aos recursos de apelação da União Federal e da litisconsorte passiva necessária, restabelecendo os efeitos da sentença de primeiro grau que julgou procedente o pedido" (fl. 949e).

O recurso foi contrarrazoado (fls. 974/985e), e admitido (fl. 1.017e).

O Recurso Especial não merece prosperar.

De início, quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 1.022 do CPC/2015, a recorrente não evidencia qualquer vício, no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp 1.229.647/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 15/06/2018; AgInt no AREsp 1.173.123/MA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 29/06/2018.

No mais, a pretensão recursal está totalmente fulcrada no acervo fático da causa, o que atrai, inarredavelmente, o óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RESTABELECIMENTO. COMPANHEIRA. PROVA DA UNIÃO ESTÁVEL. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. PROCESSO ADMINISTRATIVO. REGULARIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. APLICAÇÃO.

(...)

4. É inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial de que a autora procedeu a irregular habilitação, na qualidade de companheira, como pensionista, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido de que "o status de companheira da autora restou devidamente comprovado pelos documentos e testemunhos apresentados" e "a aplicação do art. 11, I, da Lei 3.807/1960 que

previa a companheira como dependente do segurado". Aplica-se o óbice da Súmula 7/STJ.

5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.823.508/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/09/2019).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. (...) PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL OU DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO.

ARTS. 370 E 371 DO CPC/2015. OBSERVÂNCIA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO ATENDIDO. SÚMULA 83/STJ (...) PRESUNÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA COMPANHEIRA SUPÉRSTITE. COMPROVAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL.

MODIFICAÇÃO DESSA CONCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. (...) SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DECAIMENTO MÍNIMO DOS PEDIDOS DO AUTOR. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 86, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/2015. SÚMULA 326/STJ. 7. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não se verifica nenhum vício de fundamentação a merecer a necessária correção por esta Corte Superior, tendo sido apresentados, de forma clara e sólida, os argumentos que levaram à conclusão de que não houve negativa de prestação jurisdicional.

2. **O CPC/2015 manteve em sua sistemática o princípio da persuasão racional ou do livre convencimento motivado - adotado pela norma adjetiva revogada (arts. 130 e 131 do CPC/1973) -, conforme o disposto nos seus arts. 370 e 371, segundo os quais compete ao juiz a direção da instrução probatória, apreciando livremente as provas produzidas nos autos, a fim de formar a sua convicção acerca da controvérsia submetida a sua apreciação, desde que devidamente fundamentada, não havendo que se falar na violação desses dispositivos legais quando o juiz, sopesando todo o conjunto probatório produzido e carreado ao feito, julga a causa em sentido oposto ao pretendido pela parte, como no caso dos autos. Súmula 83/STJ.**

(...)

4. **Não há como suplantar a cognição da Corte de origem (acerca da existência de união estável entre as partes, no intuito de se reconhecer a presunção de dependência**

econômica da companheira supérstite, de modo a se arbitrar pensão mensal em seu favor), sem a imprescindível imersão no acervo fático-probatório deste feito, providência que é vedada pelo óbice da Súmula 7/STJ.

(...)

7. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no REsp 1.784.052/CE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 25/06/2019).

Por fim, não obstante o recurso ter sido interposto pela alínea **a** do permissivo constitucional, a alegação de dissídio jurisprudencial com julgados do próprio Tribunal de origem não pode ser conhecido, à luz do óbice da Súmula 13 do STJ.

Ante o exposto, não conheço do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro em 1% (um por cento) os honorários advocatícios anteriormente fixados, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora